

MULHER MERCADORIA: FIGURAÇÕES DA MULHER POBRE EM “ANGÚSTIA”, DE GRACILIANO RAMOS.

Evandro Jose dos Santos Neto (USP)¹

Resumo: A presença de Marina em *Angústia* permite uma leitura da mulher independente na nova ordem econômica e social que se estabelece por completo no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Entretanto, vê-se que a representação desse papel existe apenas na aparência, pois as intrincadas questões de classe e de gênero permanecem aqui sem solução, não obstante o desenvolvimento econômico.

Palavras-chave: mulher; ordem econômica; modernidade; Graciliano Ramos.

1. Introdução.

Para além da heterogeneidade da produção regionalista brasileira na década de 1930, a concepção do romance como drama social, que singulariza essa literatura, expõe em primeiro plano a ideia das contradições estabelecidas pela modernidade, que surgem a partir da experiência de ser parte de um ambiente repleto de novidades e transformações que, ao mesmo tempo, ameaça destruir o que está posto, o já conhecido. Assim, vemos a construção de personagens que estão no meio de um turbilhão de desintegração e mudança, onde as garantias, se ainda existem, fazem parte também de um cenário passageiro. Narram-se então as vicissitudes de personagens que são colocadas na esfera das transformações trabalhistas, do trabalho assalariado, do desenvolvimento de classes sociais que orbitam em torno do capital industrial e financeiro, mas que continuam às voltas com as lembranças e os registros da ordem escravocrata.

Graciliano Ramos também se vale dessas contradições em sua obra. Entretanto, em *Angústia*, a representação dessas transformações é feita de forma indireta, se afastando da tradição realista já estabelecida pelo romance nordestino. Baseado nesse pressuposto, acreditamos que o romance inteiro está assentado sobre o processo imaginativo de Luís da Silva que, de sua posição de personagem-narrador-protagonista, conta a estória em primeira pessoa e por isso esbarra na limitação de suas próprias percepções e emoções.

¹ Doutorando em Literatura Brasileira (USP), Mestre em Estudos Judaicos e Árabes (USP). Contato: evandro.neto@usp.br.



Diferentemente dos outros romances de sua época, é a desorganização formal e psicológica de *Angústia* que confere veracidade ao romance, isso porque, enquanto narrador e intérprete de si mesmo e dos outros, Luís da Silva é o responsável pela realidade exibida e são os seus conflitos internos que garantem autenticidade à narrativa. Segundo Norman Friedman (2002), a literatura é marcada pela dificuldade do escritor em mostrar como é uma coisa e a facilidade de dizer como se sente a respeito dela; sem essa tensão ela não existiria. Ora, o ganho de Graciliano Ramos é transformar o conflito de Luís da Silva no próprio conflito da literatura ao revelar que, dessa forma, o interesse da trama não advém apenas da possibilidade de ler a formação do triângulo amoroso Luís-Marina-Julião à luz da demonstração da modernização social e econômica do Brasil, mas da compreensão íntima que o narrador nos proporciona dessas transformações, a partir da percepção que possui a respeito das duas ordens que se digladiam entre si na arena de sua própria consciência. Em *Angústia*, é a imaginação de Luís da Silva que conduz a narrativa, construindo o seu próprio campo interpretativo em cima da negação da percepção. Dessa forma, através de sua perspectiva, a conduta das personagens não é apreendida por meio de fatores materiais. Em se tratando de Marina, essa visão não está baseada apenas na objetividade material que é fornecida pela percepção. Há principalmente a objetividade relacionada à consciência do observador que apresenta essa conduta. Assim, mediante a descrição de um narrador que está profundamente envolvido na situação, toda a existência de Marina, desde a descrição física até os desenhos psicológicos, é passível de reprovação, pois é essa a intenção que ele deseja captar.

2. Mulher-mercadoria.

O surgimento de Marina na narrativa permite uma leitura da mulher na nova ordem econômica e social, mas marca também a primeira vez em que o narrador descola-se de seu discurso introspectivo e usa o tempo da enunciação. Se por um lado, no plano psicológico do narrador, o passado surge como refúgio onde é possível se esconder no tempo da enunciação, por outro, as personagens reais se comportam como portadoras dos valores descartáveis da nova ordem que se estabelece. Na dissimulação de Marina, que atua como a mulher independente, fruto das transformações sociais que



acompanharam a revolução econômica, vê-se que a representação desse papel existe apenas na aparência, pois as intrincadas questões de classe e de gênero permanecem aqui sem solução, não obstante o desenvolvimento econômico. Da mesma forma, Dona Adélia e Seu Ramalho, pais de Marina, que em outro tempo foram relativamente felizes e agora sob a égide do trabalho assalariado, vivem a experiência da marginalidade econômica, precipitam-se para uma desagregação individual gradual que se completará com o aparecimento de Julião Tavares. Este sim parece ser o único que não experimenta o problema do deslocamento. Percorrendo o mesmo caminho que a ordem do capital, Julião Tavares está impelido a um crescimento contínuo, a uma expansão ilimitada de sua influência que não busca eliminar o outro, mas usá-lo em nome da satisfação de suas necessidades.

Para além desses valores, a análise de Graciliano Ramos se consuma no reconhecimento de que algumas formas de relacionamento da ordem anterior não desapareceram de fato, mas passaram por um processo de atualização para se adaptar aos efeitos da modernização. A cidade grande é vista pelo narrador como palco que reúne várias expressões do capitalismo periférico, entre elas a falta de trabalho, que cria atividades informais, gerando grandes vínculos de dependência. Isso é, em parte, herança da ordem escravocrata, quando os homens livres que não tinham muita utilidade na produção e viviam pelos arredores da fazenda dependiam exclusivamente dos interesses dos grupos dominantes para sobreviver. Para esses homens, segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, sobraram “serviços residuais, que na maior parte não podiam ser realizados por escravos e não interessavam aos homens com patrimônio”. (FRANCO, 1997, p.68). Na realização desses serviços criava-se uma forte linha de dependência do prestador em relação ao proprietário, de quem recebia proteção. Essa questão se relaciona mais diretamente à ordem escravocrata, mas os reflexos dessa situação econômica e social não são provisórios e alcançam também as primeiras décadas do século XX com a sua nova realidade ajustada aos avanços do capital. Guardadas as devidas proporções, podemos afirmar que, da mesma forma que a prática do favor² reproduzia as classes sociais do período da escravidão, situando poderosos e

² Segundo Roberto Schwarz, o favor no século XIX “esteve presente por toda a parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operária, como a



favorecidos em lugares estabelecidos e imutáveis, nesse novo momento, segundo Graciliano Ramos, ele também atua como esse mecanismo de reprodução.

Na narrativa, o desdobramento dessa situação pode ser visto através de Marina, mulher em idade socioeconômica ativa, mas que, sem qualificação profissional, experimenta a marginalização no desemprego. A presença de resquícios da ordem imediatamente anterior, que encontrava no favor um poderoso suporte que justificava a sua manutenção, é consentida pelo autor quando ele permite que uma das personagens, a mãe de Marina, reproduza esse esquema através de um pedido feito a Luís da Silva, para que ele, valendo-se de sua influência, consiga uma colocação para a filha. Para impressionar a mãe da pretendente, Luís da Silva decide entrar naquele jogo de aparências e assume a responsabilidade de ser mediador entre a moça e quem possuía de fato o poder e que poderia prestar o favor.

A permanência do esquema social baseado na tradição do favor, conforme resgatado na narrativa, posto em uma perspectiva macroscópica, revela a existência dispensável dos pobres e marginalizados do Brasil pós-escravidão que engrossa os bolsões do desemprego e contribuem também para o estímulo da mão de obra barata e não qualificada. Neste momento, essas classes subalternas possuem outros senhores, mas são ainda mais dependentes do fluxo do capital, pois sua sobrevivência está intimamente relacionada a ele. Conseqüentemente, no bojo da espetacularização da miséria reside o desejo da transmutação que se realiza na consumação dos objetos engendrados pela nova ordem. Em Marina, Graciliano Ramos sinaliza para a dicotomia pobreza/consumo que se concretiza a partir do surgimento de um mercado de bens, materiais e simbólicos, virtualmente disponível para todos, onde a percepção das pessoas e das coisas é medida pelo filtro do dinheiro e a falta dele é indício de incompetência e derrota.

Como produto desse capitalismo periférico, a classe a que pertence a personagem, sua família e o próprio Luís da Silva, vive plenamente a condição social imposta pelas classes opressoras e, paradoxalmente, um possível movimento de insurreição não é direcionado para a mudança dessa condição, mas para o desejo de ingresso nessa sociedade. Marina submete os detalhes mais rotineiros de sua existência

tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele” (SCHWARZ, 2008, p.16).



ao propósito do projeto de desconscientização: inveja D. Mercedes pelo seu *status quo*, despreza o trabalho como balconista na loja, gasta o pouco dinheiro da família em objetos supérfluos.

Os desejos de Marina, de possuir bens materiais e de frequentar bons lugares, são típicos das classes mais pobres que vivem na cidade e que são limitadas apenas à contemplação do objeto desejado. Nesse universo sublinhado por classes e subclasses sociais, o padrão reificante das relações é endossado por todos os lados e faz com que o êxito social seja algo profundamente desejável. Vislumbrando em Luís da Silva uma possibilidade imediata de mudar de vida, Marina desafia a hierarquia social sem conhecer, entretanto, o seu aparato de violência. Embora não seja rico, o funcionário público está acima dela na escala social e surge como uma possibilidade para que ela possa deixar a casa dos pais. Em contrapartida, para Luís, a união com Marina, mais pobre do que ele, representa a oportunidade de ser superior a alguém, dando-lhe uma posição mais favorável em uma sociedade onde também ele não passa de uma figura marginal. Desde o início do relacionamento, as relações estabelecidas entre ambos estavam assentadas sobre a lógica do dinheiro: “apesar dessas desvantagens, os negócios não iam mal. E foi exatamente por me correr a vida quase bem que a mulherinha me inspirou interesse” (RAMOS, 2000, pp 34-35).

Para melhor entender essa questão, interessa-nos trazer à análise o ponto de vista de Jean Pouillon (1974) a respeito dos modos de compreensão de uma personagem e de como sua conduta chega até o leitor. Dissemos anteriormente que a realidade presente em *Angústia* está literariamente subordinada à realidade de Luís da Silva. Consequentemente, é ele o centro de onde procede a compreensão e a descrição das demais personagens, o que nos permite, até certo ponto, desconfiar se as informações sobre o caráter e a conduta delas estão deformadas ou correspondem à verdade dos fatos narrados. A respeito das narrativas feitas em primeira pessoa Pouillon diz que “a única coisa indispensável nesse tipo de romance é que o outro, visto desta maneira, conserve uma espécie de ‘existência em imagem’, isto é, de existência num sujeito que ele não é” (POUILLON, 1974, p.56).

Aproveitando este mote, podemos considerar que a existência de Marina é uma imagem do sentimento de Luís e, através dessa imagem, conhecemos não apenas o caráter da moça, mas as próprias intenções do narrador. Marina não se vê e nem vê



ninguém; Luís vê e tem o privilégio de não ser visto. A descrição do dia em que eles ficam juntos pela primeira vez, encostados à cerca que divide o quintal de suas casas se adequa bem a esse caso. Diz-nos o narrador:

De repente a franguinha surgiu dentro do meu reduzido campo de observação. Como eu disse, eu apenas enxergava uns dez ou quinze metros do jardim. Primeiramente, distingi as biqueiras vermelhas de um sapato, aqueles sapatos que, segundo a declaração de seu Ramalho, custavam cinquenta mil réis e duravam um mês. Para ir ao quintal, sapato de sair e meia de seda esticada no pernao bem feito. Ótimas pernas. As coxas e as nádegas, apertadas na saia estreita, estavam com vontade de rebentar as costuras. (RAMOS, 2000, p.57).

A passagem a seguir, repleta de juízos de valor, revela não apenas a visão que o narrador tem de Marina, mas também a que tem de outra personagem, seu Ramalho, e nos ajuda a compreender em certa medida o próprio caráter do protagonista. Para Luís, a moça de “cabelo pegando fogo e cara pintada” tem comportamento reprovável e não condizente à sua condição de “moça de família”: muito vaidosa, leviana, preguiçosa e perdulária. Através da visão de Luís, a visão de Seu Ramalho ratifica esse julgamento, o que faz como que a conduta de Marina seja duplamente repreensível. Entretanto, não obstante as falhas de caráter percebidas pelo observador, Marina tem “ótimas pernas”, o que leva o julgamento para a esfera sexual. O acontecimento que vem a seguir é uma descrição em detalhes das partes do corpo de Marina que “pôs-se a ciscar por ali, rindo baixinho” (RAMOS, 2000, p.57). Não por acaso, do lugar que estava apenas era possível ver a parte inferior do corpo da moça, pois “a cabeça e o tronco estavam fora do meu campo de observação” (RAMOS, 2000, p.58). Sendo assim, a cintura, as pernas, as nádegas, os quadris e os joelhos de Marina são analisados minuciosamente por Luís da Silva, provocando-lhe pensamentos obscenos.

A figuração da mulher pobre no romance de 30 vem quase sempre acompanhada da questão sexual. Através de uma norma cristalizada pela cultura patriarcal e misógina, ficou estabelecido que a virgindade feminina será sempre um contraponto à prostituição, e o casamento, um lugar seguro entre ambas. Para a moça pobre existem duas alternativas: o casamento ou a Rua da Lama. Entretanto, em ambos os casos, a mulher é tratada como mercadoria, engendrada para a satisfação das necessidades do homem. Marina é vista por Luís da Silva como algo que pode suprir suas necessidades em dois aspectos: social e sexual, mas nunca em sua individualidade:



Naturalmente, gastei meses construindo esta Marina que vive dentro de mim, que é diferente da outra, mas se confunde com ela. Antes de eu conhecer a mocinha dos cabelos de fogo, ela me aparecia dividida numa grande quantidade de pedaços de mulher, e às vezes os pedaços não se combinavam bem, davam-me a impressão de que a vizinha estava desconjuntada. Agora mesmo temo deixar aqui uma sucessão de peças e de qualidades: nádegas, coxas, olhos, braços, inquietação, vivacidade, amor ao luxo, quentura, admiração a d. Mercedes. Foi difícil reunir essas coisas e muitas outras, formar com elas a máquina que ia encontrar-me à noite, ao pé da mangueira. (RAMOS, 2000, p.67).

Ao conceber Marina como “máquina”, construída a partir do arranjo de peças, Luís da Silva transforma não apenas as partes do seu corpo em mercadoria, mas também as suas características pessoais. Isso fica claro com o aparecimento de Julião Tavares na narrativa e de como este vê Marina, através da visão obsessiva do narrador. O surgimento do comerciante coincide com o rompimento do noivado entre Luís e Marina e, segundo a imagem da noiva que vinha sendo construída por ele, o rompimento deve-se exclusivamente pelo desejo da moça de uma rápida ascensão social: “Escolher marido por dinheiro. Que miséria! Não há pior espécie de prostituição”. (RAMOS, 2000, p.86).

De fato, o romance com Julião Tavares se torna a efetivação consumista de Marina, que se traveste de moça de classe média e vive a ilusão do triunfo social, ao ter o seu estilo de vida transformado temporariamente. A sua singela quimera reside, sobretudo, na aparência – roupas e joias dadas pelo namorado rico –, porém, na essência, ela continua sendo a moça de família pobre, sujeita às vontades da classe dominante. Iludida por Julião Tavares com possíveis promessas de casamento, ela tem a beleza de sua figura feminina ressignificada, transformada em material que causa inveja nos outros homens ao mesmo tempo em que consolida o poder e as relações de mando entre eles nesta ordem social. Os presentes de Julião Tavares maximizam a beleza e a vaidade de Marina com a finalidade única de exibição – e de provocação – e são reflexo do ímpeto do instinto masculino de propriedade: os outros a veem e a desejam, mas ela pertence somente a ele. Por outro lado, Marina, polida e ornamentada pelo dinheiro de Julião Tavares, exclui definitivamente Luís da Silva da história³, que passa a

³ Mas não é apenas Luís da Silva que é derrotado pelo dinheiro de Julião Tavares. Com envolvimento da filha com um homem de outra classe social, seu Ramalho e d. Adélia também experimentam a negação de sua individualidade face à cultura do mando e da subserviência. Ramalho censura o namoro que considera



acompanhar os acontecimentos de forma marginal, às escuras, inquerindo e especulando através das paredes, alimentando o seu recalque social que desaguará na eliminação do concorrente.

3. O tempo entre quatro paredes.

As previsões a respeito do futuro de Marina se comprovam e o relacionamento com o comerciante não tem mesmo um bom fim: tendo consciência do poder que possui por causa de sua posição social, Julião Tavares, a quem apenas interessava se utilizar da moça pobre, depois de satisfeitos os seus desejos, a abandona, grávida, entregue à própria sorte, certo de que para seus atos não haverá punição. Um novo cenário então se desenha diante de Marina, baseado na resignação e na impotência.

Grande parte dos eventos anteriores ao rompimento do noivado é descrita por Luís da Silva como testemunha ocular. O quanto tem de verdade neles não vem ao caso, o que interessa para a análise é que ele os viu, de fato estavam lá. A partir da separação, toda a ação do romance converge para a obsessão do narrador que, impossibilitado de acompanhar a rotina da mulher desejada de forma presentificada, utiliza à exaustão o recurso da observação à distância, tirando proveito da vantagem de morar vizinho a ela. Dessa forma, o tempo e a ação da narrativa são sufocados entre as paredes da casa e da mente atormentada de Luís da Silva que passa a desenvolvê-la mesclando realidade e especulação. Aparentemente, esse foi o recurso encontrado pelo autor para justificar a continuidade da história que, de outra maneira, dada a condição de narrador-protagonista de Luís, teria acabado junto com a perspectiva do casamento. A especulação torna-se, por assim dizer, uma prova de que o narrador não deseja abrir mão do seu poder de conhecimento sobre a vida das personagens.

sem propósito, prevendo que aquilo não pode ter bom fim, porém não usa sua autoridade para impedir o relacionamento, se ajustando assim à imagem do homem cordial desenhada por Sérgio Buarque de Holanda. A presença daquele homem em sua causa o incomoda profundamente e o mortifica porque ele não pode exercer ali a sua autoridade de chefe de família. Ele reclama, exige, ameaça, mas tendo levado uma vida inteira baseada na obediência, cala-se diante de Julião Tavares, apoiado em uma forma ordinária de convívio social que é o contrário da polidez. Forma esta que, segundo Sergio Buarque de Holanda: “pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso, a polidez é, de algum modo, organização de defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar intactas sua sensibilidade e suas emoções”. (HOLANDA, 2014, p.147).



Negado o contato físico, a vida de Marina passa a ser observada em detalhes através das paredes, pelo ranger do balanço da rede, pelas vozes abafadas, pelo som dos talheres batendo no prato, pelo barulho da água caindo no banheiro. Foi sob essas condições que Luís descobriu a gravidez: “Naquele dia tudo se tornou claro, a suspeita que tive na rua se confirmou. Marina entrou no banheiro e esteve uns minutos em silêncio, despindo-se com lentidão. Os movimentos dela eram tão vagarosos que eu os percebia a custo. Era preciso adivinha-los. Assou-se e lavou as mãos na torneira. – Virgem Nossa Senhora!” (RAMOS, 2000, p.135). Nesse caso, o narrador não vê a personagem, é preciso adivinhar seus movimentos e a ação é percebida pelo leitor à medida que vai se desenhando – com dificuldade – na imaginação do observador que se esforça para materializá-la e torna-la real. Uma vez que não existe mais a visão direta do narrador, os acontecimentos estão agora subordinados a uma terceira mediação: à imaginação de Luís da Silva que procura escapar à interferência da parede, que por sua vez surge como um embaraço entre ele e Marina.

Enquanto tortura a si mesmo diante da possibilidade de concretização de suas suspeitas, Luís percebe a chegada de d. Adélia e é através de *ouvir* a conversa das duas que vem a certeza que ele procurava evitar:

- Coitadinha! Não via, não sabia. Tão inocente! Agora já sabe. Pois é. Escangalhada, com um filho na barriga. Não faça essa carinha de santa não. É o que lhe digo. Estou mentindo? Arrombada, com um moleque no bucho. Não quer ouvir não? Tape os ouvidos. - Cale a boca, Marina, gaguejou d. Adélia, tremendo. Me respeite, Marina. Esta ordem bamba pareceu-me ridícula e despropositada, mas produziu um efeito que me espantou: Marina deitou água na fervura. Virei d. Adélia por todos os lados e não achei que ela fosse digna de respeito. Nem de respeito nem de ódio. (...) Marina continuava a chorar. D. Adélia queixava-se baixinho. É estranho que elas não houvessem aludido uma única vez a Julião Tavares. Nenhuma referência àquele patife. Era o que me espantava quando saí do banheiro, já muito tarde. Nesse dia faltei ao ponto. (RAMOS, 2000, pp. 138-139)

Diante da constatação da gravidez, o estatuto crítico do narrador cede espaço para uma mudança na voz narrativa que viabiliza uma espécie de compaixão diante das misérias experimentadas pelas personagens periféricas. Resultado dessa identificação é que a presença do autor pode ser percebida na medida em que o narrador absolve d. Adélia de sua responsabilidade pela desgraça da filha, baseando-se nas experiências que a transformaram em instrumento da exclusão social e da marginalização econômica.



Se na passagem acima o narrador utiliza o recurso da especulação para chegar a imagens concretas sobre a gravidez, no “capítulo” em que Marina pratica o aborto ele conduz essa operação ao seu limite, sujeitando a narrativa literária ao princípio temporal da simultaneidade, a partir da técnica do entrelaçamento por alternância do discurso que, segundo Benedito Nunes, acontece “quando um episódio é interrompido no momento culminante, de modo a criar-se a expectativa de sua continuidade” (NUNES, 199, p.51). Descobrir Marina grávida causou um efeito devastador em Luís da Silva. Incomodava-o a resignação das duas mulheres, isentando Julião Tavares de suas responsabilidades. Na sua visão, as duas foram julgadas e absolvidas, porém Julião Tavares deveria morrer. Depois que o rival deixara de frequentar a casa vizinha a obsessão de Luís recrudescceu: “qualquer ausência de Marina me trazia a suspeita de que os dois iam encontrar-se. Tomava o chapéu e acompanhava-a, escondendo-me, encostando-me às paredes, receando que a espionagem fosse descoberta” (RAMOS, 2000, p.154). Foi seguindo a moça que o narrador descobre os planos para abortar o filho. Nesse esquema de perseguidor e perseguida, o tempo é manipulado de modo que imagens do real e do imaginado são intercaladas com o objetivo de sustentar a atenção do narrador e manter a atmosfera de suspense em torno do que acontece com Marina dentro da casa de d. Albertina. Nesse plano, a narração de Luís da Silva percorre duplo itinerário. O primeiro é pelo percurso do real que reside na construção irônica de um espaço onde sobejam pobreza e miséria ao lado de uma perspectiva esteticamente mal configurada de revolução. A ironia do narrador se consuma no reconhecimento de que o bairro que abriga a casa de d. Albertina é palco também para a dramatização do conflito dos pobres que, alheios ao processo de conscientização política e social, se enclausuram na marginalização, creditando à ordem natural das coisas a prática da injustiça social. O outro se concentra na análise que o narrador faz do caráter de d. Albertina. Uma vez que não tem acesso ao interior da casa – nem mesmo através das paredes – ele radicaliza a sua natureza especulativa e assume que o estatuto literário da verdade, naquela ocasião, é incapaz de fornecer uma visão totalmente objetiva dos fatos narrados. O resultado disso é que surgem duas Albertinas, uma boa e carinhosa, e outra impaciente e grosseira.

4. Considerações finais.



Uma vez que Marina rompe o noivado e passa a se relacionar com outro homem superior a ele em todos os aspectos, Luís entra em um estágio de ruminar a sua desventura utilizando como matéria a oposição do sucesso de Julião Tavares e a mediocridade de sua própria existência. Este homem gordo e falante é o responsável por sua desgraça psicológica e social, e é para ele que Luís passa a dedicar os seus dias, à espreita, vigiando, perseguindo no escuro os seus passos. Dessa forma se estabelece nesta relação uma dialética do ressentimento: Luís vislumbra a anulação de Julião Tavares, mas é a existência do rival que faz com ele adquira a consciência de sua própria condição submissa. Ele deseja a sua destruição, mas ao mesmo tempo quer ocupar o seu lugar.

Julião Tavares surge como uma figura usurpadora que, não obstante possuir tudo o que ele deseja, rouba-lhe também a única possibilidade de felicidade. Marina era a oportunidade de começar uma família, de superar o estigma do fracasso que a antiga ordem imprimira em sua história. O casamento para ele era o reconhecimento do triunfo naquela nova situação. A aparição de um rival tão influente e poderoso pontua a derrota em várias circunstâncias. Nesse sentido, o assassinato de Julião Tavares é resignificado. Não é apenas a eliminação do rival que lhe roubou a mulher, pondo termo aos planos de casamento; é também a destruição de um representante da ordem social que é responsável pela impossibilidade de superação das iniquidades sociais e que mantém a classe a que pertence ele, Luís da Silva, em uma condição de imutabilidade. Entretanto, o assassinato não altera a ordem estabelecida. Perto de um capitalista que fala alto, que se julga dono do ambiente e que ocupa um grande espaço ele continua sendo “uma criaturinha insignificante, um percevejo social, acanhado, encolhido para não ser empurrado pelos que entram e pelos que saem”. (RAMOS, 2000:25).

Dessa forma, seguindo as pistas que foram deixadas durante a análise, chegamos à constatação de que a posição que ocupa a mulher pobre é quase sempre degradada, vista como serviçal, reprodutora que garante a continuidade da descendência e, no limite, produto que satisfaz a luxúria do homem. Assim, Marina está inserida em uma classe social, ainda em formação, que vagueia entre a herança do passado e a manifestação inescapável do presente, enclausurada entre a possibilidade de um maior

retrocesso e o desejo de ascensão. Na felicidade transitória presente na maquiagem e nas joias que usa, e na esperança irônica de d. Adélia de que a filha poderá ter uma vida melhor, estão cravados os símbolos do duvidoso, do desejo por uma prosperidade minguada, simulacro da prosperidade dos ricos e prova de quanto esse desejo violenta os pobres, porque sinaliza a repulsa e a negação de sua condição social.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

BUENO, Luís. *Uma história do Romance de 30*. São Paulo: Editora Unicamp; Edusp, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

FRIEDMAN, Norman. *O ponto de vista na ficção*. In: Revista USP, nº 53, março-maio/2002.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. São Paulo: Editora Cultrix, 1974.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RAMOS, Graciliano. *Angústia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

_____. *Linhas Tortas*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1989.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

_____. *Nacional por Subtração*. In: *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.